

Enviar Consulta

Resumo

Essa operação deve ser usada para encaminhar uma consulta formal ao TCE-PB de acordo como o que prevê a Resolução Normativa RN TC Nº 10/2010:

Art. 176. A consulta deverá revestir-se das seguintes formalidades:

I - referir-se à matéria de competência do Tribunal;

II - versar sobre a interpretação da lei ou questão formulada em tese;

III - ser subscrita por autoridade competente;

IV - conter indicação precisa da dúvida ou controvérsia suscitada;

V - ser instruída com parecer de assessoria jurídica do órgão ou entidade consulente, se existente.

Art. 177. A CJADM (Consultoria Jurídica Administrativa) verificará o atendimento aos requisitos de admissibilidade e a existência de pronunciamento anterior do Tribunal de Contas acerca da matéria.

§ 1º. O Tribunal não responderá às consultas que não se revistam das formalidades previstas nos incisos I, II, III e IV do artigo anterior.

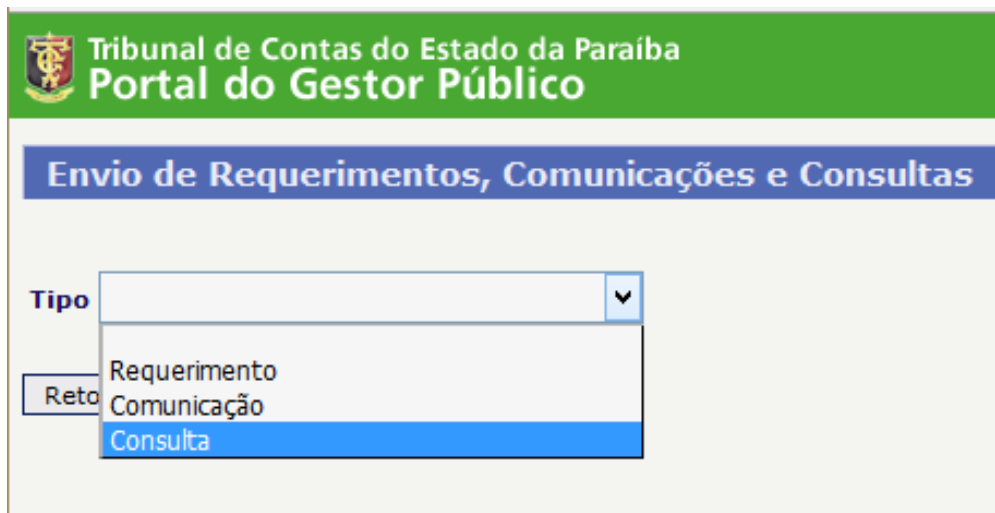
Ao encaminhar a consulta usuário irá declarar que a documentação que está sendo enviada está em conformidade com os critérios estabelecidos.

Procedimento

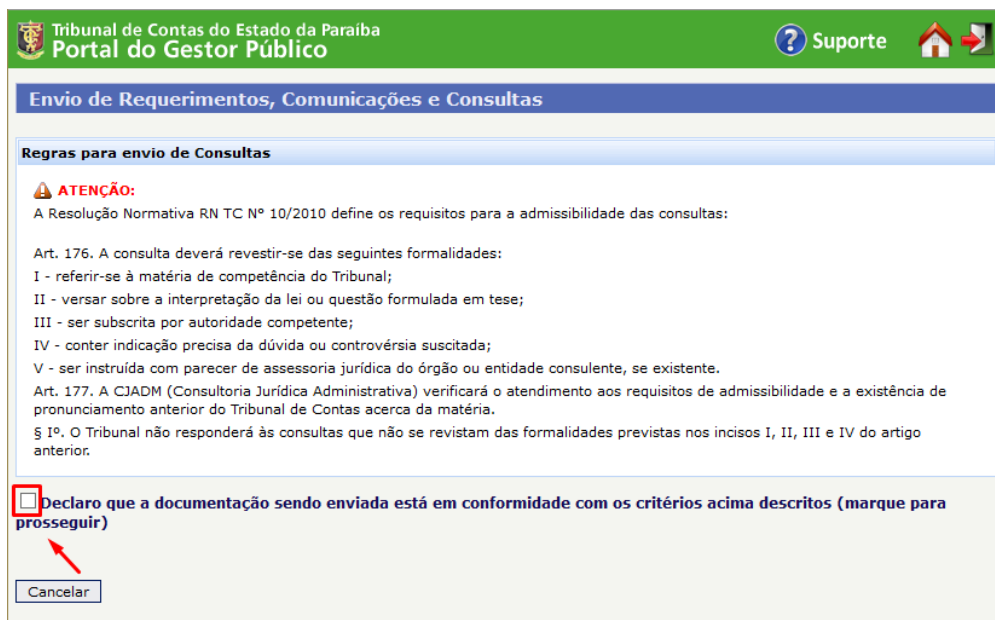
1. Acessar o Portal do Gestor (para maiores informações [CLIQUE AQUI](#));
2. Ir na aba "Envio de Documentos e Processos" e clicar na opção "Requerimentos, Comunicações ou Consultas";




3. Selecionar o "Tipo" "Consulta";






4. Ler as regras para o envio de consultas e, caso esteja tudo correto, deve-se declarar que conhece as regras e que toda a documentação está em conformidade;




5. Preencher o campo "Gestão" com o jurisdicionado ao qual se refere a consulta. Preencher o campo "Assunto" com uma breve descrição da matéria tratada no documento;

**Tribunal de Contas do Estado da Paraíba**
Portal do Gestor Público

 **Suporte**  

Envio de Requerimentos, Comunicações e Consultas

Regras para envio de Consultas

 **ATENÇÃO:**
A Resolução Normativa RN TC N° 10/2010 define os requisitos para a admissibilidade das consultas:

Art. 176. A consulta deverá revestir-se das seguintes formalidades:
I - referir-se à matéria de competência do Tribunal;
II - versar sobre a interpretação da lei ou questão formulada em tese;
III - ser subscrita por autoridade competente;
IV - conter indicação precisa da dúvida ou controvérsia suscitada;
V - ser instruída com parecer de assessoria jurídica do órgão ou entidade consulente, se existente.
Art. 177. A CJADM (Consultoria Jurídica Administrativa) verificará o atendimento aos requisitos de admissibilidade e a existência de pronunciamento anterior do Tribunal de Contas acerca da matéria.
§ 1º. O Tribunal não responderá às consultas que não se revistam das formalidades previstas nos incisos I, II, III e IV do artigo anterior.

☒ **Declaro que a documentação sendo enviada está em conformidade com os critérios acima descritos (marque para prosseguir)**

Gestão Prefeitura Municipal de Santa Helena [17/04/2009 - 31/12/2012]

Assunto (informe uma breve descrição da matéria tratada no documento)

Descrição da consulta


Selecione o arquivo para envio - Formato: PDF - Tamanho máximo: 10MB

Selecionar arquivo... Nenhum arquivo selecionado.




ENVIAR

Cancelar

6. Selecionar o arquivo PDF que possui a consulta. Lembrando que o arquivo PDF deve respeitar as regras do processo eletrônico do TCE-PB. Para maiores detalhes [CLIQUE AQUI](#). Posteriormente, deve-se clicar no botão "Enviar";




Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
Portal do Gestor Público

 Suporte  

Envio de Requerimentos, Comunicações e Consultas

Regras para envio de Consultas

 **ATENÇÃO:**

A Resolução Normativa RN TC Nº 10/2010 define os requisitos para a admissibilidade das consultas:

Art. 176. A consulta deverá revestir-se das seguintes formalidades:

- I - referir-se à matéria de competência do Tribunal;
- II - versar sobre a interpretação da lei ou questão formulada em tese;
- III - ser subscrita por autoridade competente;
- IV - conter indicação precisa da dúvida ou controvérsia suscitada;
- V - ser instruída com parecer de assessoria jurídica do órgão ou entidade consultante, se existente.

Art. 177. A CJADM (Consultoria Jurídica Administrativa) verificará o atendimento aos requisitos de admissibilidade e a existência de pronunciamento anterior do Tribunal de Contas acerca da matéria.

§ 1º. O Tribunal não responderá às consultas que não se revistam das formalidades previstas nos incisos I, II, III e IV do artigo anterior.

☒ Declaro que a documentação sendo enviada está em conformidade com os critérios acima descritos (marque para prosseguir)

Gestão

Prefeitura Municipal de Santa Helena [17/04/2009 - 31/12/2012]

Assunto (informe uma breve descrição da matéria tratada no documento)


Descrição da consulta

Selecione o arquivo para envio - Formato: PDF - Tamanho máximo: 10MB

Selecionar arquivo...


 teste.pdf

ENVIAR






Cancelar

7. O sistema exibirá uma tela de sucesso com o número do seu protocolo e com o link do recibo;



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
Portal do Gestor Público

 Suporte  

Documento enviado com sucesso!

Anote o número de protocolo abaixo ou imprima o recibo.

Documento


 39031/16

Subcategoria

 Consulta


Jurisdicionado




 Prefeitura Municipal de Santa Helena

 Recibo de Protocolo

RETORNAR



8. Clique em cima do nome "Recibo de Protocolo" para ter acesso ao arquivo.

**Tribunal de Contas do Estado da Paraíba**
Portal do Gestor Público

 Suporte  

Documento enviado com sucesso!
Anote o número de protocolo abaixo ou imprima o recibo.

Documento 39030/16
Subcategoria Comprovante de Recolhimento dos Jurisdicionados
Jurisdicionado Prefeitura Municipal de Santa Helena

 **Recibo de Protocolo** 

RETORNAR



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

TRAMITA - Sistema de Tramitação de Processos e Documentos

RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 15/07/2016 às 08:28:09 foi protocolizado o documento sob o Nº 39031/16 da subcategoria Consulta , exercício 2016, referente a(o) Prefeitura Municipal de Santa Helena, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por José Aírton Gonçalves de Abrantes.

Documento	Informado?	Autenticação
Consulta	Sim	e94e75933b20b17b185ea62d860f4b96

João Pessoa, 15 de Julho de 2016



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB